



## MISCELÂNEA

Revista de Pós-Graduação em Letras

UNESP – Campus de Assis

ISSN: 1984-2899

www.assis.unesp.br/miscelanea

Miscelânea, Assis, vol.7, jan./jun.2010



# DA PSICOLOGIA AO ATO. UMA LEITURA DO CONTO “VIRGINIUS”, DE MACHADO DE ASSIS

Eduardo Melo França  
(Doutorando — UFPE)

## RESUMO

Mostraremos neste ensaio que em “Virginius”, conto de Machado de Assis publicado antes dos *Papéis avulsos* e por isso considerado pela crítica como sendo de sua fase romântica e de menos qualidade, já podemos encontrar a problematização de dois aspectos fundamentais de sua obra madura: a abordagem da psicologia numa perspectiva universal e da relação de compromisso e definição entre o sujeito que pratica o ato e o sentido do ato.

## PALAVRAS-CHAVE

Romantismo; Machado de Assis; “Virginius”; análise psicológica; o sentido do ato.

## ABSTRACT

We will show in this essay that in “Virginius”, short-story by Machado de Assis published before *Papéis avulsos* and therefore considered by the criticism as being form his romantic and less quality phase, we can find the questioning of two key aspects of his mature work: the approach of a psychology in a universal perspective and the relationship of commitment and definition between the subject who practices the act and the meaning of the act.

## KEYWORDS

Romantism; Machado de Assis; “Virginius”; psychological analysis; the meaning of the act.

**E**m meados do séc. XIX, segundo Antonio Candido, a ficção regionalista dos nossos principais românticos — Bernardo Guimarães, José de Alencar, Visconde de Taunay e Franklin Távora — era claramente construída em torno de questões humanas, indicando, inclusive, independência dos personagens em relação às peculiaridades regionais. No entanto, o próprio Antonio Candido admite que as possibilidades de análise psicológica que esses autores nos proporcionavam eram ainda muito inocentes e limitadas para que pudéssemos caracterizar algum sinal de maturidade no romance brasileiro (CANDIDO, 1975, v. 1, p. 212). Impregnados pela preocupação em descrever o Brasil e os brasileiros, suas estórias eram superficiais e “se apegam à descrição dos costumes, forma elementar do estudo do homem na ficção” (CANDIDO, 1975, v. 1, p. 296). Faltava-lhes o gosto pela análise psicológica minuciosa que, para Lúcia Miguel Pereira, somente com Machado de Assis e Raúl Pompéia seria inaugurada na nossa literatura.

Apesar de abordarem diversos temas, havia entre os românticos um fim comum: “o de buscar o homem brasileiro, nas suas origens, como fez José de Alencar” (PEREIRA, 1957, p. 62). Fugindo dessa preocupação romântica de descobrir e cultivar uma identidade nacional, Machado de Assis desde cedo tomou para si o desafio maior de desvendar não somente o brasileiro, mas o humano. Embora seus melhores contos psicológicos tenham sido inegavelmente escritos após a década de 1880, suas primeiras produções já sugerem que os atos mais vulgares escondem razões indecifráveis; que os mais insólitos devem ser vistos como fazendo parte do repertório dos ditos comportamentos “normais” e os que, aparentemente, são apenas explicados ou justificáveis a partir das contingências específicas e locais, na verdade fazem parte da psicologia universal humana e não apenas do comportamento do brasileiro.

Em quatro de agosto de 1878, i.e., antes do início de sua obra madura, em uma correspondência a Francisco de Castro, Machado, falando sobre sua crença na existência de alguns sentimentos universais dos homens, escreve:

[...] que a evolução natural das cousas modifique as paixões, a parte externa, ninguém jamais o negará; mas há alguma coisa

que liga, através dos séculos, Homero e Byron, alguma coisa inalterável, universal e comum que fala a todos os homens e a todos os tempos (*Apud* BARRETO FILHO, 1980, p. 74).

Mesmo com as limitações da imaturidade e a obediência em escrever estórias leves e que tocassem temas que dissessem respeito ao mundo das leitoras do *Jornal das Famílias*, desde cedo, Machado se empenhou em escrever contos nos quais as atitudes dos personagens adquiriam um caráter relativo, seja por decorrência da infinidade ou, aparente, ausência de motivações. Seu desejo de esquadrihar a alma humana e de compreender suas paixões levou-o a revestir cada vez mais o personagem de complexidade e ocupar um lugar primordial na sua ficção, relegando a um plano secundário, os cenários, contextos históricos e eventos nos quais seus personagens se inserem. Notemos que não é o caso de afirmarmos que suas estórias são destituídas de quaisquer marcas que nos possibilitem situá-las na história do Brasil, mas apenas que sua intenção principal sempre foi a análise do homem e seus comportamentos, e não o Brasil e sua dinâmica social particular.

Como consequência da primazia dada aos elementos que compõem a densidade psicológica de seus personagens, a arquitetura do seu conto, segundo José Aderaldo Castello:

[...] primeiramente, é apoiada no esquema de uma situação adequada à demonstração de caracteres esboçados. Fatos ou acontecimentos são assim configurados muito mais na dependência da análise do que em função de um esquema narrativo (1969, p. 76).

Ao optar por seguir uma tradição de escritores obcecados pela dissecação psicológica e não pela construção de uma literatura verde-e-amarela, Machado de Assis adquiriu a liberdade estética e ideológica necessária para alargar seus parâmetros literários e buscar, também, além dos limites da literatura nacional, novos elementos para a construção de sua obra. Assim, se em Montaigne, Pascal, Shopenhauer e na Bíblia reconhecemos a origem de muitas de suas ideias nutridas acerca do homem (CANDIDO, 1975, v. 2, p. 118), será principalmente através dos escritores descendentes da Sátira

Menipeia que ele encontrará inspiração para a forma de sua ficção. Dentre esses autores, destacam-se Sterne, Fielding, Cervantes, Rabelais, Swift, Sêneca, Luciano, entre outros<sup>1</sup> (SÁ REGO, 1989, p. 18).

No livro *Calundu e a Panacéia*, Enylton de Sá Rego sugere que, com a publicação de *Memórias póstumas*, Machado definitivamente se insere na tradição da Sátira Menipeia.<sup>2</sup> Dentre algumas das principais características herdadas por Machado dessa tradição, constam o gosto pela paródia e a atenção privilegiada à cultura clássica.

Não somente nos romances, mas também nos contos que publicou a partir da década de 1880, se tornaram frequentes as referências à cultura clássica. Entre os contos, "A segunda vida", por exemplo, mostra-se como uma versão de Machado para o mito de Er — tal como descrito por Sócrates, no Livro X da *República*. Em "Viver!", são postos na mesma cena um personagem da mitologia grega, Prometeu, e uma lenda bíblica, Ahasverus. O título do conto "A desejada das gentes" nos remete ao dizer bíblico que se referia a Jesus Cristo como "O desejado de todas as gentes". "Na arca" (três capítulos inéditos do Gênesis), obviamente se inspira nos textos bíblicos, mais especificamente no Gênesis, do Antigo Testamento, na passagem do Dilúvio. E "Pílades e Orestes", novamente faz referência à mitologia grega. Além desses contos, são inúmeras as citações espalhadas pela sua obra que nos remetem à literatura e à história clássica.

Apesar de John Gledson considerar de forma generalizada que os primeiros contos de Machado, publicados em 1864, são "estranhamente desajeitados" (2006, p. 41), será justamente através da leitura de "Virginius" (narrativa de um advogado), publicado nesse mesmo ano no *Jornal das*

---

<sup>1</sup> A relação entre Machado de Assis e escritores como Sterne, Fielding, Cervantes, Rabelais, Swift, Sêneca e Luciano também pode e deve ser compreendida a partir da tese defendida por Sérgio Paulo Rouanet em seu livro *Riso e Melancolia*. Certamente, o estudo de Rouanet figura entre uns dos mais esclarecedores e importantes trabalhos escritos sobre Machado de Assis.

<sup>2</sup> Apesar de Sérgio Paulo Rouanet, coerentemente, demonstrar que nem todas as características da Sátira Menipeia podem ser encontradas na obra de Machado e que o mais apropriado é concebê-lo como um escritor que nutre uma forma "shandiana", a presença de elementos clássicos, característico da Sátira Menipeia, é inegável e constante em toda a sua obra.

*Famílias*, que apontaremos a presença (articulada) de dois aspectos que futuramente serão constantes e definitivos em sua obra madura: a referência à cultura clássica e, como chamamos a atenção no início do artigo, o gosto pela análise psicológica do homem sob uma perspectiva universal.

Djalma Cavalcante (2003), também preocupado em compreender o desenvolvimento dos contos de Machado, constatou que no primeiro período de sua produção são frequentes as referências à história da Grécia Antiga e da Roma Imperial. Ainda de acordo com Djalma Cavalcante, além da história, a cultura clássica também estará presente entre esses primeiros contos através da mitologia e da filosofia.

Em “Virginius” (narrativa de um advogado), Machado recontextualiza no Brasil do séc. XIX a tragédia romana que conta a história de Virgínius, sua filha Virgínia e o mais popular dos decênviros, Ápio Cláudio. De fato, num primeiro momento, é preciso reconhecer a ausência, nesse conto, de uma veia satírica, característica marcante da apropriação que os escritores da Sátira Menipeia fazem dos textos clássicos. Além do que, também sua narrativa preserva a mesma gravidade da tragédia na qual se inspira, transparecendo um ar moralizante que, mais à frente, na sua fase madura, Machado substituirá pela ironia. Contudo, este conto machadiano é uma das primeiras amostras de que o autor, ao contrário do que o acusava Silvio Romero, não “macaqueava” gratuitamente os modelos clássicos estrangeiros. Já de forma consciente, ele parecia se apropriar dos elementos da cultura clássica a fim de abordar de forma universal os temas do Brasil da época.

É o próprio Machado, em “Virginius”, quem avisa ao leitor que o conto em suas mãos não apenas teve seu título inspirado na tragédia de Virgínius, como também o seu enredo: um pai que, vendo a honra da filha ameaçada, acredita que ao tirar-lhe a vida, estaria salvando-a da desonra. Lemos no conto que:

Todos conhecem a lúgubre tragédia de Virginius. Tito Lívio, Diodoro de Sicília e outros antigos falam dela circunstanciadamente. Foi essa tragédia a precursora da queda dos decênviros. Um destes, Ápio Cláudio, apaixonou-se por

Virgínia, filha de Virginius. Como fosse impossível de tomá-la por simples simpatia, determinou o decênviros empregar um meio violento. O meio foi escravizá-la. Peitou um sicofanta, que se apresentou aos tribunais reclamando a entrega de Virgínia, sua escrava. O desventurado pai, não conseguindo comover nem por seus rogos, nem por suas ameaças, travou de uma faca de açougue e cravou-a no peito de Virgínia (ASSIS, 2003, p. 102).

Nas poucas linhas que até agora a crítica dedicou ao conto, algumas delas o destacam, principalmente, como um dos primeiros no qual Machado aborda o difícil tema da escravidão, nas folhas do *Jornal das Famílias* (GLEDSON, 2006, p. 42). José Aderaldo Castello, apesar de, a princípio, tomá-lo como exemplo da capacidade de Machado em recontextualizar em assuntos de seu tempo temáticas clássicas, prefere enfatizar que o conto chama atenção principalmente por representar o aspecto “revoltante e trágico” da escravidão (1969, p. 90).

Em outro trabalho, Luiz Roncari ressalta brevemente que “Virginius” é um perfeito exemplar da maioria dos contos publicados por Machado no mesmo período, nos quais ele inicia a narrativa com observações realistas sobre as práticas sociais, mas logo cede às intrigas romanescas. Nesse mesmo trabalho, também, de modo a ressaltar o tratamento dado pelo escritor ao tema da escravidão, Roncari diz que o conto:

[...] é armado desse modo, com intenso realismo, mas depois se desenvolve como ‘romance’. Para reparar a ordem ameaçada no desenvolvimento do conto, os crimes são punidos, os maus castigados e os bons compensados na justa medida do que cabia a cada um (RONCARI, 2006, p. 87-88).

Divergindo do que a crítica costuma afirmar, acreditamos que o jovem Machado já era um escritor de temáticas universais. Prova disso é que ao buscar, aparentemente de forma consciente, numa tragédia clássica o tema para a construção do seu conto, ele ratifica que as justificativas para as motivações de seus personagens ultrapassam os limites do contexto histórico e se inserem numa perspectiva psicológica universalista. Tomando como pano de fundo os temas de sua época, Machado, ao estabelecer uma relação entre Ápio

Cláudio e Carlos, mostrou compreender que a capacidade de exercer cruelmente o poder de dominação é uma característica universal da psicologia humana, e não exclusiva dos senhores de engenho e seus herdeiros. Trata-se de uma espécie de pulsão sádica que, apesar de assumir diferentes formas, pode ser verificada em todas as épocas e culturas.

Se a tirania de Cláudio não pode ser unicamente justificada pelos poderes que o Império Romano proporcionava aos seus legisladores, muito menos o senso de propriedade, que Carlos pensava possuir sobre Elisa, deve ser exclusivamente atribuído à permissividade do regime escravocrata do Brasil no Segundo Império. Peter Gay, em seu estudo *Freud para Historiadores*, acreditando na existência de traços universais da psicologia humana, defende que qualquer um que pretenda conhecer essa psicologia, “diante de um desfile de personagens históricos, pode ver os atos deles mas deve inferir os seus motivos” (GAY, 1989, p. 29).

O clássico ensaio “Prosa de ficção”, de Lúcia Miguel Pereira, certamente é uma das melhores apreciações que até hoje já se escreveu sobre a relação entre o universal e o particular em Machado. No trecho transcrito abaixo, ela faz uma observação que pertinentemente também podemos atribuir à importância que acreditamos existir na relação estabelecida por Machado entre o seu “Virginius” e a tragédia romana de Virginius. Segundo a autora:

O adjetivo brasileiro, limitador, caiu ou passou a segundo plano, permitindo que o substantivo homem se revestisse afinal, pela primeira vez em nossa literatura, de toda a sua significação. Não que os pormenores locais fossem inteiramente desprezados; estão ao contrário admiravelmente anotados em sua obra, pela qual se pode em boa parte reconstruir a sociedade oitocentista em alguns dos aspectos mais característicos (1957, p. 62).

Não podemos negar que “Virginius” apresenta elementos que retratam a condição social do Brasil do séc. XIX. Contudo, reduzir o sentido do conto a uma possível intenção de Machado em tê-lo concebido simplesmente como uma peça de denúncia social contra um regime escravocrata, é não perceber que já em 1864 ele possuía um profundo senso de dialética entre o clássico e o novo,

o universal e o particular, a história e a psicologia. Por isso, ao mesmo tempo em que a tentativa de desrespeito de Carlos em relação à Elisa pode ser lida como motivada por essa pulsão sádica, egoísta e violenta do ser humano, não devemos perder de vista também que será somente através das possibilidades oferecidas pela história, ou seja, o regime patriarcal, escravocrata e a condição privilegiada dos senhores de escravos no Brasil dos oitocentos, que essa pulsão encontrará a possibilidade de ser posta em prática. Por isso, L. M. Pereira afirma que:

Apreciar o indivíduo, concomitantemente, em face do universo e da pequena sociedade a que pertencia — foi dos seus maiores dons. Do mesmo modo passo que sonda as paixões comuns aos homens de todas as latitudes, fixa os hábitos peculiares de uma região (1957, p. 75).

Freud, em *O mal-estar na civilização*, ao apontar como é possível observarmos em diversos períodos da história a mesma capacidade do homem em causar sofrimento, demonstra, tal como Machado, também nutrir uma impressão pessimista e universal da psicologia humana:

O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos devem-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. — *Homo homini lupus*. [...] Em circunstâncias que lhe são favoráveis, quando as forças mentais contrárias que normalmente a inibem se encontram fora de ação, ela também se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho. Quem quer que relembre as atrocidades cometidas durante as migrações raciais ou as invasões dos hunos, ou pelos povos conhecidos como mongóis sob a chefia de Gengis Khan e Tamerlão, ou na captura de Jerusalém pelos piedosos cruzados, ou mesmo, na verdade, os horrores da recente guerra mundial, quem quer que relembre

tais coisas terá de se curvar humildemente ante a verdade dessa opinião (FREUD, 1976, v. 21, p. 133).

No trecho seguinte, observamos que Sérgio Paulo Rouanet, ao analisar o episódio do escravo Prudêncio e as humilhações às quais Brás submete Eugênia, empreende igualmente uma leitura na qual se vê, além da relação com a psicanálise, o nosso mesmo cuidado em notar na obra de Machado o diálogo entre o universal e o local:

Achas que o episódio do moleque Prudêncio se vingando em um escravo das pancadas recebidas é um traço da natureza humana? Engano, amigo leitor. Estás generalizando para o homem em geral um comportamento condicionado por estruturas particularíssimas de opressão. Lê Marx, e não sejas reacionário. Afirmas que, humilhando Eugênia, Brás está se comportando unicamente como representante de sua classe? Tolice leitor ignaro. Estás esquecendo dados universais da psicologia humana, como a ambivalência amor-ódio e a existência da pulsão de morte. Lê Freud, e não sejas reducionista (ROUANET, 1993, p. 330).

Se Machado considerou que a tragédia de “*Virginius*”, mesmo atravessando séculos, ainda permanecia viva e podia ser recontextualizada nos temas em pauta do séc. XIX, é porque algo nela foge aos limites do contexto histórico e retrata as atitudes tanto dos homens do séc. V, quanto dos do séc. XIX, mantendo, portanto, o que toda peça clássica deve ter: uma matéria universal que tangencie questões fundamentais dos mais diversos períodos históricos e contextos culturais. Ao se apropriar de uma tragédia clássica e revesti-la com uma roupagem antiescravista, Machado mostra que é preciso ir além das camadas superficiais dos acontecimentos para encontrar as respostas do comportamento humano. O regime escravocrata deve ser compreendido como apenas uma das possíveis páginas que a história apresenta como consequência da até hoje incansável vontade do homem em exercer o poder e tomar os outros como objeto de exploração.

A presença do poder entre as relações humanas vai além das constatações feitas pelas leituras marxistas sobre os meios de produção ou os períodos de escravidão em diversas culturas. Em toda a relação, por mais tácita

e subjetiva que possa ser, na qual haja um que supostamente detém o poder e outro que é submisso, haverá sempre a quase inevitável possibilidade de o superior e mais forte ceder à tentação de subjugar, agredir e obter, mesmo que à força, os bens materiais, físicos ou sentimentais do subjogado. Onde houver duas pessoas se relacionando, em algum momento, seus sentimentos, palavras ou acordos perpassarão pelas consequências da força do desejo e da possibilidade de usufruto do poder. Isso, desde um cenário intelectual, onde há um aluno e um mestre; passando pelo da escravidão, com o senhor e o escravo; até os relacionamentos amorosos, nos quais a relação de dominação não obedece a uma regra estável e institucionalizada, mas às do jogo da sedução e do erotismo que o poder da conquista possui.

O modo como Machado percebe o que há de mais importante e humano na tragédia romana de Virgínius e, pertinentemente, recontextualiza sua essência no típico cenário do Brasil no séc. XIX, observado em "Virginius", prova que desde o início de sua carreira ele é, segundo Antonio Candido, um "exemplo de como se faz literatura universal pelo aprofundamento das sugestões locais" (1975, v. 2, p. 117).

José de Alencar foi exato em definir seu *Iracema*, publicado em 1865, não como um romance, mas como uma espécie de "lenda" (MERQUIOR, 1996, p. 113). Não só ele, mas boa parte da ficção romântica brasileira estava longe de apresentar profundidade psicológica ou alguma problematização do sentido da vida. O seu único compromisso era essencialmente o de estabelecer uma identificação entre o herói e a sociedade nacional.

Para José Guilherme Merquior, edificação moral, divertimento e problematização da vida são as funções históricas da arte literária (MERQUIOR, 1996, p. 208). A ficção que fundou nossa literatura e que tinha à frente da fila Alencar, de fato conseguiu grande popularidade. O divertimento oferecido aos leitores vinha em forma de um romance de costumes, com enredos planos, personagens unidimensionais e a descrição de paisagens e tradições que possibilitava ao leitor menos letrado conseguir, sem muito esforço, se identificar com a trama e o cenário do romance. Antes de Machado de Assis surgir

definitivamente como um autor maduro, a literatura brasileira, apesar de já ter incorporado os elementos fundamentais da literatura ocidental, ainda era marcada pela carência de problematizações psicológicas, sociológicas e filosóficas.

A edificação moral, presente na maioria dos folhetins, inclusive os publicados por Machado no *Jornal das Famílias*, era responsável por proporcionar às mulheres um divertimento seguro e que ainda reforçasse os valores tradicionais da época. Nos grandes romances, essa edificação moral seria trocada pela edificação nacional. Enfim, ao insistir não só na construção, mas também na existência de uma literatura brasileira, mesmo nossos maiores românticos não fizeram outra coisa senão uma literatura moralista (no sentido restrito da palavra), divertida (com dramas superficiais) e, como diz Merquior, de “consciência ingênua” (MERQUIOR, 1996, p. 209).

É oportuno lembrarmos que quando Alencar afirmava ser *Iracema* uma “lenda” e não um romance, realmente ele parecia compreender não só a condição da sua literatura, mas toda a produção daquele período. A literatura romântica brasileira, de forma geral, não conseguiu construir personagens que representassem a condição do indivíduo moderno. E mesmo admitindo que esses personagens românticos, como quer Antonio Candido, pudessem ser distinguidos da paisagem, todas as suas atitudes e escolhas giravam numa esfera coletiva e nacional.

Durante o romantismo brasileiro, de forma geral, as atitudes dos personagens eram construídas com o objetivo de representar um povo, e não o de analisar as possibilidades psicológicas dos homens. Em lugar de problematizações existenciais, filosóficas e psicológicas, apenas afirmações ideológicas e históricas. As justificativas para tudo o que ocorria nesse mundo quase épico de Alencar apenas poderiam ser encontradas na superficialidade do tema, na descrição da paisagem e do cenário histórico ou na tentativa de representar o espírito nacional. O grande problema alencariano e da literatura brasileira em sua fase de formação foi acreditar que, para ser autêntica, criar raízes e definitivamente poder representar o Brasil, teria que abrir mão da

análise psicológica do indivíduo — em detrimento da descrição do tipo brasileiro — e omitir qualquer impulso que problematizasse a existência.

Em contraponto a esse cenário, mesmo o jovem Machado, quando ainda escrevendo contos dos quais suas leitoras pudessem obter alguma “edificação moral”, já esboçava a intenção de provocar o leitor e chamar a atenção para a oportunidade de analisar as escolhas e atitudes de seus personagens como dilemas inexoráveis à condição de desamparo e liberdade do indivíduo moderno. Machado seria o primeiro escritor nacional a apresentar de fato ao leitor brasileiro a conflituosa condição de um personagem constituído enquanto indivíduo e que, por conta disso, é obrigado a conviver inevitavelmente com o incerto espaço existente entre o intuito e o ato, com o dilema relativo diante das opções e com as implicações existenciais e redefinidoras decorrentes de um ato praticado.

Segundo Antonio Candido, esse problema do sentido do ato, após percorrer toda a obra de Machado, é retomado em *Esaú e Jacó*. A personagem Flora e sua indecisão diante da rivalidade dos irmãos gêmeos, Pedro e Paulo, “encarna a decisão ética, o compromisso do ser no ato que não volta atrás, porque, uma vez praticado, define e obriga o ser de quem o praticou” (CANDIDO, 2004, p. 26). Ainda segundo Antonio Candido, e reforçando o que dissemos anteriormente, além da responsabilidade da escolha e do ato, o personagem machadiano vive as angústias da complicada relação entre a validade do ato e o intuito que o sustém (CANDIDO, 2004, p. 26).

O estudo do sentido do ato entre os primeiros personagens de Machado se mostra possível ao admitirmos que ele nunca os concebeu como símbolos culturais ou apenas peças de uma engrenagem maior e empenhada na construção e firmamento da identidade nacional. Chega a ser surpreendente que em 1865, apenas um ano após a publicação de *Iracema*, Machado publique “Virginius” (a narrativa de advogado) e nele, apesar de ainda não se mostrar como o escritor maduro que ficará para a história, já se percebe uma ficção constituída por personagens modernos, não tipificados, autônomos e responsáveis pelos próprios atos.

O comportamento de Carlos, pai que mata a filha em suposta defesa de sua honra, não traz unicamente as marcas de uma dinâmica social especificamente brasileira, mas também expõe traços da psicologia universal dos homens. Somente admitindo que Julião não representa somente um tipo social, mas um indivíduo moderno e subjetivamente singular, podemos nos permitir analisar sua atitude como não sendo um resultado inevitável da história.

Assim como o episódio no qual Virginius mata Virgínia deve ser lido como um acontecimento histórico, cada personagem dessa tragédia deve ser compreendido como um elemento que só possui sentido em função de um todo maior que compõe a história da Roma Antiga. Enquanto isso, Machado, ao mesmo tempo em que toma emprestada dessa tragédia a sua essência, atribui ao ato de Julião um caráter absolutamente idiossincrático, principalmente pelas suas motivações particulares, pelo seu direito de escolha e pelas consequências dessa escolha não serem históricas, como na tragédia de Virginius, mas, sim, singulares e psicológicas.

Caso construíssemos nossa interpretação de "Virginius" em torno de um eixo histórico, estaríamos reduzindo nosso trabalho ao exercício de simplesmente localizar na história do Brasil qual o período retratado pelo conto. No entanto, deslocando-a para um eixo psicológico ou filosófico, poderíamos, além da contextualização histórica, problematizar a distância entre as intenções de Julião e a validade do seu ato, e ressaltar ainda seu inegável direito de escolha e sua responsabilidade enquanto sujeito implicado num ato que não volta atrás. Machado, mesmo em seus primeiros contos, "chegaria assim a uma concepção do personagem como uma realidade autônoma, válido por si mesmo, i.e., reconhecido nos limites do seu próprio mundo" (CASTELLO, 1969, p. 36).

Qual seria, portanto, a validade do ato de Julião, que prefere matar a filha a vê-la desonrada por Carlos? Em que medida essa atitude o define como herói ou assassino?

Depois de praticado, o mesmo ato pode defini-lo como herói ou vilão. Para admitirmos que essa atitude o define como herói, é preciso que a concebamos como um ato de sacrifício. Julião, neste caso, seria herói, pois, foi capaz de tomar a difícil decisão de, em troca da defesa da honra da filha, carregar pelo resto da vida a marca do acontecimento e o peso da atitude que tomou: matar a própria filha — e, vale ressaltar, não necessariamente que precisou tomar. Apesar de aparentemente questionável, podemos dizer que, desse ponto de vista, Julião é o mártir de toda essa tragédia. Afinal, ao ser assassinada e tendo sua honra salva, foi Elisa quem mais se beneficiou com o ato do pai. Enquanto que Julião, apesar de brandamente punido pela justiça, foi o mais sacrificado, uma vez que, para sempre cumprirá a rigorosa pena de carregar a marca da sua decisão.

Por outro lado, até que ponto seu ato não pode ser definido como uma escolha egoísta e covarde? Teria ele salvado somente a honra da filha ou também a sua? Não seria mais heróico conviver com essa suposta desonra e enfrentar ao lado da filha o olhar atravessado e preconceituoso da sociedade oitocentista? Qualquer resposta para essa questão pode ser considerada arbitrária. O mais importante é notar que na tomada da decisão e no ato praticado, Julião, enquanto sujeito, tanto se mostra implicado e compromissado com o ato, pois ele o reflete, como também tem sua existência redefinida.

Antonio Candido faz uma aproximação entre o sentido do ato na obra de Machado e as teorias de Sartre e Camus. Segundo o existencialismo, ao mesmo tempo em que é o indivíduo que dá significação ao ato, pois este em si não possui nenhuma, a tomada de uma decisão e a realização do ato também definirão esse mesmo indivíduo. O sujeito, segundo o existencialismo sartreano, está condenado ao ato da escolha, que, por consequência, apresenta critério, finalidade, valor e, em última instância, gera um ato. Não será esse ato outra coisa senão uma decorrência da liberdade de escolha e singularidade do sujeito.

Segundo o existencialismo lembrado por Candido, a tomada de uma atitude ou de uma escolha define o sujeito como um projeto de si mesmo; um

projeto fruto da liberdade (ou condenação) de escolha. Ora, pensando assim, não faz sentido dizermos que Julião agiu por falta de escolha. Pelo contrário. Se tivéssemos que apontar uma única coisa da qual ele não foi destituído naquele trágico episódio, seria a do direito de escolha. Por isso, não podemos considerar que a morte de Elisa foi apenas mais um exemplo das páginas da história do Brasil ou uma decorrência inevitável do desrespeito de Carlos. Sua morte é resultado de um ato que, por sua vez, é fruto do direito — ou condenação — de escolha e decisão de Julião.

Tanto a autonomia dos personagens do conto, quanto essa indefinição acerca das implicações éticas que o ato praticado tem na caracterização da índole de Julião estão na contramão do que observamos nos personagens românticos, publicados naquele mesmo período, e nos naturalistas, que surgiriam com mais vigor dali a um tempo. Segundo Castello,

No Romantismo principalmente durante as primeiras manifestações do romance, o protagonista biparte-se nas categorias de herói e vilão, ou do bem e do mal, convergindo para a justiça punitiva e reparadora. Também exprime a fuga da aspiração sentimental ao pressionamento da sociedade, ou carrega consigo — no caso de investir contra a sociedade — um potencial reparador e reabilitador sobre o poder de forças corruptoras. No realismo-naturalismo, o protagonista frequentemente se reduz a um títere, sem apreciável autonomia, negando ou omitindo a pessoa moral (CASTELLO 1969, p. 34).

Basicamente, são duas as questões pontuadas por A. Candido para indicar a presença do problema do sentido do ato na obra de Machado. Na primeira, ele afirma que “o grande problema suscitado é o da validade do ato e de sua relação com intuito que o sustém” (CANDIDO, 2004, p. 26). Sobre isso, mostramos que o ato de Julião não foi fruto de uma imposição, mas, sim, de uma escolha que nos leva a pensar se realmente foi válido o ato de matar Elisa com a *intenção* de salvar sua honra.

A segunda questão seria o “compromisso do ser no ato que não volta atrás, porque uma vez praticado define e obriga o ser de quem o praticou” (CANDIDO, 2004, p. 26). Por isso, segundo Antonio Candido, Flora tendo em

Pedro e Paulo opções excludentes entre si, ao escolher entre um dos dois ela “se sentiria reduzida à metade [...] e só a posse das duas metades a realizaria” (CANDIDO, 2004, p. 26). Flora morre sem escolher e nela sentimos um sopro de “ataraxia”. No que diz respeito a Julião, se cada ato que define o sujeito como projeto de si mesmo (para-si) é sempre responsabilidade em sentido total e absoluto, ao realizar sua escolha (supostamente defender a honra da filha) e praticar o ato (assassiná-la), ele, ao mesmo tempo em que se define enquanto sujeito implicado no ato, reflete — e obrigatoriamente convive com — as consequências de seus conceitos, julgamentos, prioridades, capacidades, escolhas e desejos.

### Referências bibliográficas

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Contos completos*. Organizado por Djalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

BARRETO FILHO, José. *Introdução a Machado de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1980.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In:\_\_\_\_\_. *Vários escritos*. 4. ed. reorganizada pelo autor. São Paulo. Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro Sobre Azul, 2004.

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*. 5. ed. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1975. 2 vols.

CASTELLO, José Aderaldo. *Realidade e ilusão em Machado de Assis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1969.

CAVALCANTE, Djalma M. Os primeiros Contos que Machado Contou. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Contos completos*. Organização de Djalma Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In:\_\_\_\_\_. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 21.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GLEDSON, John. O machete e o violoncelo: introdução a uma antologia de contos de Machado de Assis. In: \_\_\_\_\_. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. Breve história da literatura brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Prosa de ficção. In: \_\_\_\_\_. *História de literatura brasileira*. 2.ed. rev. São Paulo. Livraria José Olympio editora, 1957. v. 12.

ROUANET, Sérgio Paulo. *O mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RONCARI, Luiz. Machado de Assis: o aprendizado do escritor e o esclarecimento de Mariana In: *TERESA: revista de literatura brasileira*. n. 6/7. (2004/2005) Dep. de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: Ed. 34: Imprensa Oficial, 2006. p. 79-103.

SÁ REGO, Enylton de. *O calundu e a panacéia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

---

Artigo recebido em 29/04/2009 e publicado em 13/04/2010.